

GRUPO DE TRABALHO (GT- 5G) DESTINADO A AVALIAR E ACOMPANHAR OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL E PROPOR MEDIDAS PARA O APERFEIÇOAMENTO DA LEGISLAÇÃO RELACIONADA AOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES.

REQUERIMENTO Nº , DE 2021

(Da Sra. Perpétua Almeida)

Requer a realização de Audiência Pública conjunta com a Comissão de Educação para debater a questão educacional e a tecnologia 5G.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 255, a realização de reunião de audiência pública com o tema “A educação e a tecnologia 5G”, sendo convidados:

- Representante do Ministério da Educação - MEC;
- Leonardo Euler de Moraes – Presidente da Anatel;
- Representante do Ministério das Comunicações;
- Representante do CONSED - Conselho Nacional de Secretários de Educação;
- Representante da UNDIME – União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação;
- Ministro Raimundo Carreiro – TCU;

JUSTIFICAÇÃO

O Brasil está na iminência de executar o maior e mais

importante leilão de frequências de sua história, relativo às faixas 700 MHz, 2,3

Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Perpétua Almeida

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214777846300>



GHz, 3,5 GHz e 26 GHz, sendo as duas últimas relativas à tecnologia 5G. Esse certame deve movimentar, segundo estimativas da Anatel, cerca de R\$ 35 bilhões¹ de reais.

Além disso, a minuta de Edital já aprovada pelo Conselho Diretor da Anatel, e atualmente sob a avaliação do TCU, prevê que as redes 5G brasileiras disponham da tecnologia mais avançada do mercado, tecnicamente conhecida pelo Release 16/3GPP, que propiciará aplicações de ponta tanto na indústria 4.0, carros autônomos, cirurgias à distância, o que tende a proporcionar um ganho significativo de produtividade na economia brasileira.

Entretanto, em que pese os valores bilionários envolvidos, e a tecnologia de ponta associada, a minuta do Edital de 5G não toca nem um momento em aspectos educacionais, e em como usar esse evento estabelecer um plano para dotar as cerca de 30% das 140.242 escolas públicas brasileiras que ainda não contam com nenhum tipo de acesso à internet, possam ser conectadas com redes de alta velocidade.

Solucionar a questão de conexão à Internet de escolas públicas é ainda uma obrigação legal, conforme estabelecido em duas leis federais - a Lei do Plano Nacional de Educação (Lei 13.005/2014) e a Lei nº 14.109/2020, sendo que esta última estabelece um prazo para que até 2024 todas as escolas públicas brasileiras disponham de conexão à internet.

Dessa forma, o leilão 5G é uma oportunidade que não pode ser desperdiçada, criando obrigações para que as empresas vencedoras das frequências conectem as escolas públicas, da mesma forma que exige a construção da rede privativa do governo federal ao custo estimado de R\$ 1,5 bilhão.

Diante do exposto, e com o objetivo de debater a questão educacional na tecnologia 5G, apresentamos este requerimento de audiência pública.

¹ <https://teletime.com.br/26/02/2021/anatel-estima-valor-total-do-leilao-do-5g-em-ate-r-35-bi-sem-obrigacoes/>



Sala da Comissão, em de de 2021.

Deputada Perpétua Almeida

2021-5157



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Perpétua Almeida
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD214777846300>

